

Réplica

ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp/rs

Revista Réplica

Ano 45 - Nº 14 | JUNHO 2026

www.amprs.com.br/a-amprs/revista-replica

Foto: Antonio Augusto/STF

ESPECIAL

Entre decisões e impactos: a atuação da AMP/RS em um novo ciclo institucional

Entidade amplia presença, articula
nacionalmente e busca proteger a
carreira em cenário de mudanças

Sumário

- 03** CARTA AO LEITOR
- 04** VOZES NO CONGRESSO
- 06** MP NA DEFESA DAS MULHERES
- 08** **ENTREVISTA**
Tarcísio Bonfim
- 10** RENOVAÇÃO NO JÚRI
- 12** ESPECIAL
- 16** **MEMORIAL**
Alcides Cruz: o promotor público que enfrentou o racismo na Primeira República
- 17** APARTES
- 21** **CRÔNICA**
Rodrigo López Zilio
- 22** **CRÔNICA**
Mário Cavalheiro Lisbôa
- 23** **CRÔNICA**
Cláudio Brito



REVISTA RÉPLICA

ANO 45 – Nº 14 | Junho de 2026

Em um momento de desafios institucionais, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) reafirma seu papel na defesa das garantias da classe ao apresentar a 14ª edição da revista Réplica, reforçando o compromisso com o fortalecimento institucional e a valorização da carreira. A edição destaca, ainda, a atuação no enfrentamento ao feminicídio e a renovação das práticas no Tribunal do Júri em Porto Alegre, com reflexões sobre sua importância e o equilíbrio entre experiência e novas perspectivas. Também traz entrevista com Tarcísio Bonfim, reconduzido à presidência da CONAMP, além dos preparativos para o XVII Congresso Estadual do Ministério Público e conteúdos de memória, crônicas e análises que reforçam o protagonismo institucional.

EXPEDIENTE

Réplica é uma publicação da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

PRESIDENTE

Fernando Andrade Alves

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Henrique Rech Neto

VICE-PRESIDENTE DE NÚCLEOS

Luciana Cano Casarotto

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Karine Camargo Teixeira

VICE-PRESIDENTE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E RELACIONAMENTO

Julia Ilénir Martins

VICE-PRESIDENTE DE VALORIZAÇÃO FUNCIONAL

Reginaldo Freitas da Silva

DIRETOR DA REVISTA RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisbôa

COMITÊ EDITORIAL

Cláudio Barros Silva

Cláudio Brito

Fernando Andrade Alves

Júlia Flores Schütt

Luciana Cano Casarotto

Mário Cavalheiro Lisbôa

Marcio Abreu Ferreira da Cunha

Reginaldo Freitas da Silva

Roberto Carmai Duarte Alvim Junior

EDIÇÃO

CORE Comunicação & Relacionamento

Rua Mostardeiro 777, 1401, Moinhos de Vento

CEP 90430-001 - Porto Alegre (RS)

core@corecomunicacao.com.br

(51) 3017-1284

REPORTAGEM E EDIÇÃO

Lucas Rivas (MTB 16.177)

Dener Pedro

EDIÇÃO E REVISÃO

Cátia Bandeira (MTB 7.212)

DIAGRAMAÇÃO

Rafael Sarmento / Prana Design & Cultura

R. Nova Divineia, 70 - Cx. Postal 01 - Village

CEP: 88780-000 - Imbituba (SC)

rafael.sarmiento@pranacultura.com

(51) 991.699.944

IMPRESSÃO

Editora São Miguel

Av. Alexandre Rizzo, 534, Desvio Rizzo

CEP 90230-010 - Caxias do Sul (RS)

(54) 3220.3232

TIRAGEM

1.500 exemplares



Carta ao leitor

Foto: Tiago Coutinho / MPRS

Prezada leitora, prezado leitor,

O Ministério Público brasileiro atravessa um dos momentos mais desafiadores de sua história recente. Decisões do Supremo Tribunal Federal têm produzido impactos relevantes na estrutura da carreira, redesenhando parâmetros remuneratórios e institucionais e exigindo respostas firmes, técnicas e coordenadas das entidades de classe. Trata-se de um cenário que demanda unidade, articulação e vigilância permanente, além de capacidade de adaptação institucional diante de mudanças estruturais.

É nesse contexto que a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) chega aos 85 anos, apresentando a 14ª edição da revista *Réplica*, reafirmando seu compromisso com a defesa das prerrogativas da carreira, o fortalecimento institucional e a valorização de seus membros.

A entrevista central aprofunda esse cenário, destacando a atuação da AMP/RS diante das recentes mudanças e o reforço da presença institucional em diferentes frentes, evidenciando um momento de articulação e defesa ativa da carreira.

A edição também aborda a atuação no enfrentamento ao feminicídio, reafirmando o papel do Ministério Público na proteção de direitos fundamentais, e traz reflexões sobre a renovação das práticas no Tribunal do Júri em Porto Alegre, destacando o equilíbrio entre experiência e novas perspectivas.

Soma-se a isso a entrevista de Tarcísio José Sousa Bonfim, reconduzido à presidência da CONAMP, que trata dos desafios do novo ciclo e do fortalecimento da atuação associativa em nível nacional, além dos preparativos para o XVII Congresso Estadual do Ministério Público.

Por fim, a revista reúne conteúdos de memória do MP e reflexões de autores como Mário Cavalheiro Lisboa, Cláudio Brito e Rodrigo López Zílio, compondo um conjunto de análises que fortalece o debate qualificado em um ano de intensos desafios institucionais e eleições gerais. A publicação também ratifica a importância do diálogo permanente entre gerações e do papel da comunicação institucional na preservação da história e da identidade do Ministério Público gaúcho.

Boa leitura!

Atenciosamente,

Fernando Andrade Alves

Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS)

Congresso do MP conecta inovação, ética e relações humanas

Entre dados e comportamento, programação em Gramado propõe um olhar estratégico sobre as transformações contemporâneas



Foto: Tatyane Souza

Fabrizio Carpinejar reflete sobre presença, escuta e os limites da resiliência como elementos essenciais para a vida e as relações humanas.

De 5 a 7 de agosto, em Gramado, o XVII Congresso Estadual do Ministério Público reunirá especialistas e painelistas para uma reflexão que vai além da atuação cotidiana de promotores e procuradores de Justiça. Mais do que um espaço de atualização técnica, o encontro propõe ampliar o olhar sobre temas como tecnologia, comportamento e transformação social, conectando o Ministério Público aos desafios contemporâneos.

Com o tema “O MP e o desafio da inovação: a ética e a segurança no uso das novas tecnologias”, o congresso se consolida como um ambiente de análise estratégica e antecipação de cenários. A proposta é integrar a atuação jurídica aos impactos mais amplos das mudanças em curso, incluindo os efeitos da inteligência artificial, da

cultura de dados e das relações humanas em um mundo cada vez mais digital.

Dados, decisão e mudança de cultura

Entre os destaques da programação, o cientista de dados, filósofo da tecnologia e fundador do Cappa Institute, Ricardo Cappa, trará uma provocação central: como transformar o grande volume de dados disponíveis no ambiente institucional em inteligência estratégica. Para ele, mais do que adotar ferramentas, é necessário desenvolver uma cultura orientada por dados.

“Muitas instituições adotam tecnologias, mas mantêm a mesma lógica de decisão baseada em hierarquia ou intuição. Criar uma cultura analítica exige mudar comportamento,

questionar, testar hipóteses e revisar decisões a partir de evidências”, destaca.

Nesse contexto, Cappra também aponta que os dados funcionam como uma linguagem comum dentro das organizações, permitindo decisões mais colaborativas e menos reativas. Ao estruturar escolhas com base em evidências, abre-se espaço para processos mais conscientes e alinhados à complexidade dos cenários enfrentados pelo Ministério Público.

A abordagem já vem sendo antecipada em iniciativas da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, como a imersão promovida no Cappra Institute, que aproximou membros da instituição do uso estratégico de dados na tomada de decisão. No Congresso, esse debate será ampliado, conectando teoria e prática na construção de uma cultura analítica.

Relações humanas em tempos de excesso

Se Cappra faz uma provocação sobre mudança na forma de decidir, o escritor, jornalista e cronista Fabrício Carpinejar convida a refletir sobre a forma de se relacionar. Em sua participação, ele abordará os impactos da vida digital nas relações humanas e no cotidiano profissional, chamando atenção para a perda de presença e de escuta em um ambiente marcado pela pressa e pela simultaneidade.

Entre os pontos que pretende desenvolver, está a ideia de “invisibilidade social”, agravada pelo que define como um tipo de “alzheimer digital”. “Vivemos uma simultaneidade em que o corpo está em um lugar, mas a mente está em outro, priorizando quem está longe e ignorando quem está ao lado”, observa.

Carpinejar também propõe uma reflexão sobre os limites da resiliência em contextos de alta exigência. “A resiliência deixa de ser virtude quando nos faz ultrapassar limites e adoecer. É preciso coragem para dizer ‘não’ e humildade para reconhecer que não é possível ser forte o tempo todo”, afirma.

Ao trazer essas visões, o autor reforça a importância de resgatar a escuta ativa, o cuidado e a atenção nas relações, elementos que também impactam diretamente a atuação institucional.

Um congresso para além da técnica

Ao reunir essas duas perspectivas, a precisão analítica e a sensibilidade humana, o XVII Congresso Estadual do Ministério Público se propõe a ir além do debate técnico. A iniciativa busca preparar seus participantes para uma atuação mais consciente, equilibrando o uso de novas ferramentas com a capacidade de compreender a complexidade das relações e das demandas sociais.

Em Gramado, o encontro deve consolidar esse diálogo entre inovação e humanidade como eixo central para o futuro da instituição. ■

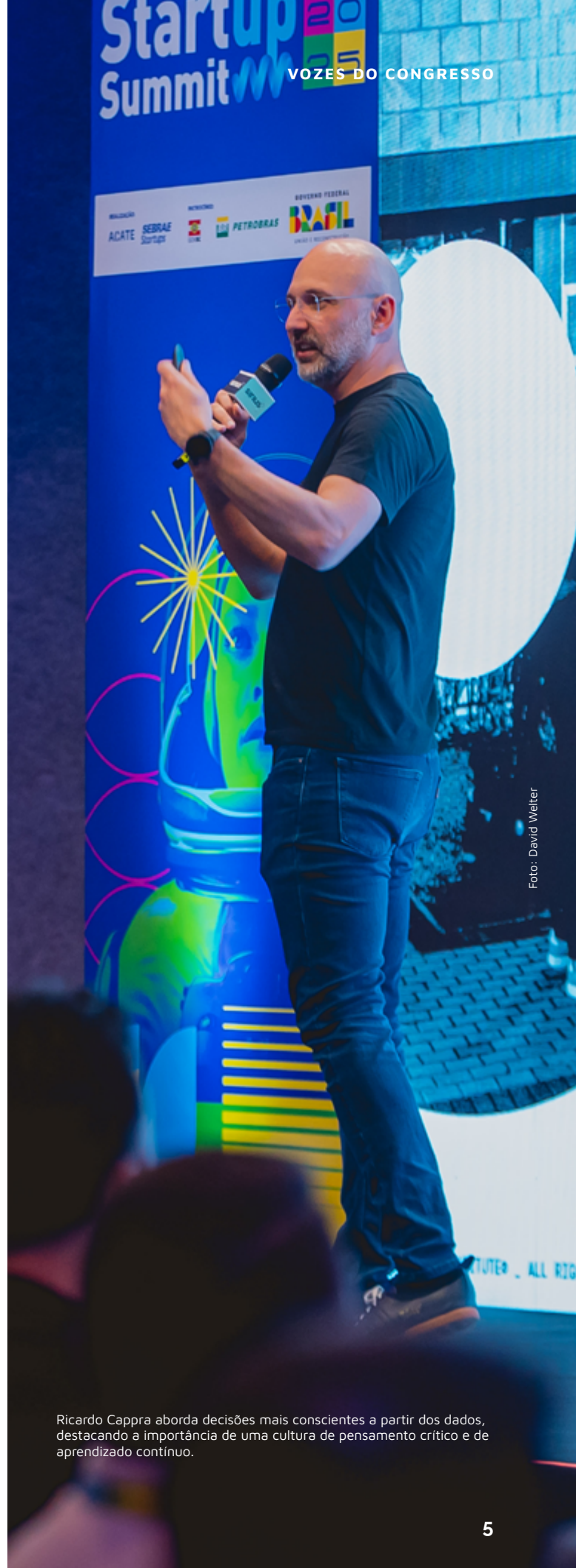


Foto: David Welter

Ricardo Cappra aborda decisões mais conscientes a partir dos dados, destacando a importância de uma cultura de pensamento crítico e de aprendizado contínuo.

Feminicídio: entre avanços e desafios no enfrentamento à violência contra a mulher no RS

Estado registra alta nos casos em 2026, enquanto Ministério Público reforça ações integradas de prevenção, investigação e resposta institucional



Ivana Battaglin enfatiza a necessidade de dar visibilidade ao feminicídio e de compreender suas raízes como forma de fortalecer a prevenção.

Em escalada, o feminicídio se consolidou como um dos maiores desafios no campo da segurança pública no Brasil. Em 2025, o País atingiu o maior número de casos da série histórica, com 1.470 registros, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, uma média de quatro mulheres mortas por dia. O cenário nacional encontra reflexo nos Estados e, no Rio Grande do Sul, o início de 2026 já aponta para uma alta preocupante, com dezenas de casos registrados nos primeiros meses.

Apesar dos avanços legislativos, como a tipificação do feminicídio como crime hediondo e o aumento das penas, a persistência dos números evidencia a complexidade do problema. Na maioria das vezes, trata-se do desfecho de um ciclo contínuo de violência doméstica, ainda marcado pela invisibilidade e subnotificação.

Diante desse cenário, o Ministério Público do Rio Grande do Sul intensificou sua atuação em diferentes frentes, com foco na prevenção, na qualificação das investigações e no fortalecimento da rede de proteção às mulheres. O Estado foi palco da primeira Vara do Júri especializada em feminicídios do Brasil, em Porto Alegre, e investe em articulação institucional, capacitações e integração com áreas como saúde, assistência social e educação.

Para a coordenadora da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid),

promotora de Justiça Ivana Battaglin, dar visibilidade ao fenômeno é um passo essencial. *“Quando se dá nome a alguma coisa, ela deixa de ser invisível. O feminicídio sempre existiu, mas antes estava diluído entre os homicídios”*, analisa.

A vice-presidente de Núcleos da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) e promotora de Justiça do Tribunal do Júri de Porto Alegre, Luciana Cano Casarotto, ressalta que o aumento dos casos não se explica apenas por maior notificação. *“Antes, havia uma tendência maior de naturalizar a violência contra a mulher. Hoje, a sociedade não aceita mais justificativas que já foram toleradas no passado”*, afirma.

Segundo as promotoras, a maior visibilidade também está relacionada à repercussão dos casos, impulsionada pela mídia e pelas redes sociais. Ao mesmo tempo, há indícios de crescimento da violência de gênero, o que intensifica o debate público.

Esse contexto reflete uma transformação social em curso. De um lado, mulheres mais conscientes de seus direitos e menos dispostas a aceitar relações abusivas. De outro, padrões de masculinidade que ainda permanecem ancorados em modelos ultrapassados. *“As mulheres avançaram, sabem que podem decidir sobre suas vidas. Já os homens, muitas vezes, ainda são criados com referências de décadas atrás, o que gera um descompasso”*, observa Ivana.

Esse descompasso tem sido associado ao chamado efeito de reação, ou “backlash”, uma resposta violenta às mudanças nos papéis de gênero, em que o feminicídio aparece como a manifestação mais extrema de uma violência estrutural.

Violência sem perfil: um problema cultural

A tentativa de traçar um perfil de agressor esbarra em uma constatação incômoda: ele não existe. A violência atravessa todas as classes sociais, níveis de escolaridade e faixas etárias. “Na esmagadora maioria dos casos, o agressor não tem qualquer patologia. Há homens de todos os perfis. O que existe em comum é o discurso”, explica Ivana.

Estudos apontam que muitos agressores sequer reconhecem determinadas práticas como violência. Comportamentos como controle financeiro e restrição da autonomia ainda são naturalizados.

Além disso, a violência raramente surge de forma repentina. “Sempre há um histórico anterior, ainda que muitas vezes não chegue ao conhecimento das instituições”, afirma Luciana. “A violência não começa no momento do crime. Ela é construída ao longo do tempo, muitas vezes sem chegar aos órgãos de proteção”, acrescenta.

Diante disso, ganha força a necessidade de uma atuação preventiva e integrada. Muitas vítimas não procuram diretamente a polícia, mas passam por serviços de saúde ou educação. “Uma mulher pode não ir à delegacia, mas vai ao posto de saúde. É ali que o sistema precisa estar preparado para identificar e agir”, pontua.

Avanços institucionais e a busca por respostas mais rápidas

No campo institucional, iniciativas buscam dar mais agilidade ao enfrentamento do feminicídio. Em Porto Alegre, a 4ª Vara do Júri especializada nesses casos contribui para acelerar a tramitação dos processos.

Segundo Luciana Casarotto, o principal impacto é a celeridade. “Hoje conseguimos dar uma resposta muito mais rápida. Entre o fato e a audiência, muitas vezes o intervalo é de poucos meses, o que representa um avanço significativo”, explica.

Ainda assim, o desafio vai além da resposta penal. Para Ivana, é preciso atuar antes que a violência atinja o desfecho mais extremo. “Quando chegamos ao feminicídio, já estamos diante de um fracasso. O esforço precisa estar voltado à prevenção”, afirma.

Outro ponto crítico é evitar a revitimização institucional. “Muitas mulheres relatam sofrer uma nova violência ao procurar ajuda. Se ela não encontra acolhimento, ela não volta, e é nesse momento que o sistema perde a oportunidade de protegê-la”, alerta Ivana.

“O impacto é tão grande que muitas vezes nem conseguimos dimensionar. Além da perda da vida, tem a desestruturação completa de uma família”, observa Luciana.

Caminhos possíveis: prevenção e atuação em rede

Especialistas apontam que o enfrentamento ao feminicídio exige uma abordagem integrada, com fortalecimento das redes de atendimento e capacitação contínua dos profissionais.

Além disso, a educação aparece como eixo fundamental para mudanças de longo prazo. “Estamos lidando com um problema cultural. Isso passa, necessariamente, por discutir papéis de gênero e promover uma formação mais igualitária desde cedo”, afirma Ivana.

Para além das políticas públicas, manter o tema em evidência é essencial. “A violência não pode ser naturalizada em nenhuma hipótese. O enfrentamento passa por reconhecer o problema e agir de forma coordenada”, conclui Luciana.

Em meio a avanços institucionais e desafios persistentes, o enfrentamento ao feminicídio se consolida como uma tarefa coletiva, que exige não apenas respostas do sistema de Justiça, mas também mudanças profundas na forma como a sociedade compreende e constrói suas relações. ■



Foto: MPRS / Divulgação

Luciana Cano Casarotto ressalta a importância de respostas céleres do sistema de Justiça e da articulação da rede de proteção às mulheres.



Foto: Conamp/Divulgação

Tarcísio Bonfim reforça a defesa das prerrogativas do Ministério Público e aponta o fortalecimento institucional como essencial para a proteção da sociedade.

"Fortalecer o Ministério Público é proteger a sociedade"

Tarcísio Bonfim detalha novo ciclo da CONAMP e reforça estratégia de defesa das prerrogativas da carreira

A posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) para o biênio 2026–2028 marcou não apenas a renovação da liderança da entidade, mas também a reafirmação de um projeto institucional construído em torno da unidade do Ministério Público brasileiro. A cerimônia, realizada em Brasília, reuniu representantes de todo o País e destacou a continuidade de uma agenda voltada ao fortalecimento da atuação associativa e à defesa das prerrogativas da carreira.

Reconduzido à presidência da entidade, Tarcísio José Sousa Bonfim, membro do Ministério Público do Estado do Maranhão desde 1999 e pós-graduado em Ciências Criminais, iniciou um novo ciclo à frente da CONAMP com a proposta de aprofundar o diálogo institucional, enfrentar assimetrias entre as unidades do Ministério Público e fortalecer a representação nacional da classe. Em entrevista exclusiva à Revista Réplika, ele detalha as prioridades da gestão, os desafios do biênio e a visão sobre o papel do movimento associativo no cenário atual do sistema de Justiça.

Esses aspectos reforçam o papel da Associação como voz ativa de seus membros, promovendo avanços que contribuem diretamente para o aprimoramento da atuação do Ministério Público e para a prestação de serviços mais eficientes e comprometidos com a sociedade gaúcha.

RECONDUÇÃO E COMPROMISSO

“Desde o início, recebi com grande alegria e entusiasmo a missão de presidir a nossa grande e amada CONAMP, sucedendo

grandes presidentes, que marcaram a história de todo o Ministério Público brasileiro. Assim, a recondução pelos pares à presidência da CONAMP não é apenas um gesto de confiança, é a reafirmação de um projeto coletivo, construído com unidade, diálogo e firmeza institucional. Assumo essa incumbência com senso absoluto de responsabilidade e com a convicção de que o movimento associativo do Ministério Público é instrumento essencial de defesa da instituição e de sua missão constitucional. No ciclo anterior, trabalhamos para consolidar a CONAMP como verdadeiro eixo de convergência nacional, ampliamos o diálogo institucional e atuamos de forma permanente e firme na defesa das prerrogativas da carreira. Neste novo biênio, avançaremos ainda mais. Fortaleceremos o movimento associativo, valorizando ativos, aposentados e pensionistas, enfrentaremos com seriedade as assimetrias estruturais e preservaremos, com absoluta firmeza, as atribuições constitucionais do Ministério Público.”

FIRMEZA COM DIÁLOGO

“O diálogo institucional não é concessão, é expressão de maturidade. A CONAMP deve ser, ao mesmo tempo, firme em princípios e qualificada no diálogo. Defender o Ministério Público exige independência, responsabilidade e estratégia: construir pontes quando possível, reagir com firmeza quando necessário. Nossa condução seguirá essa linha. Serenidade na forma, contundência no conteúdo, independência na atuação e lealdade inegociável às garantias institucionais.”

RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM A PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

“A relação com a Procuradoria-Geral da República deve ser orientada pela institucionalidade, pelo respeito recíproco e pela compreensão de que o fortalecimento do Ministério Público interessa diretamente à sociedade. Há espaço concreto para avanços relevantes, na valorização da carreira, na defesa das prerrogativas e na preservação da atuação finalística. Temas como a legitimidade do Ministério Público para execução de decisões em ações civis públicas (Recurso Extraordinário 1.449.302/MS) e a consolidação da permuta nacional demonstram que o diálogo institucional, quando qualificado, produz resultados concretos.”

ENFRENTAMENTO DAS ASSIMETRIAS

“O Ministério Público é uno em sua missão, mas ainda desigual em suas condições estruturais. Superar essas assimetrias é imperativo estratégico. A CONAMP tem atuado de forma coordenada com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e os Procuradores-Gerais, especialmente à luz das decisões do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 3854, 4014, 6601, 6604 e 6606, que reafirmaram o caráter nacional da instituição, a simetria e a automaticidade. Fortalecer o Ministério Público brasileiro exige planejamento, coordenação e ação firme para corrigir essas distorções.”

CNMP: CONTROLE COM EQUILÍBRIO

“O Conselho Nacional do Ministério Público exerce papel relevante no aperfeiçoamento institucional. Controle e transparência são valores essenciais, mas não podem servir de instrumento de enfraquecimento. Fiscalização não pode significar restrição indevida da independência funcional ou da autonomia institucional. Defendemos um modelo de controle técnico, responsável e constitucionalmente equilibrado, que fortaleça e não desfigure o Ministério Público.”

ATUAÇÃO CONCRETA E PERMANENTE

“A CONAMP atua diariamente na linha de frente da defesa institucional. São milhares de proposições legislativas acompanhadas, atuação constante no Congresso Nacional, presença qualificada no Supremo Tribunal Federal, nos tribunais superiores e nos conselhos nacionais, além de suporte técnico contínuo às associações filiadas. Nossa diretriz é clara. Não aceitaremos qualquer tentativa de enfraquecimento da instituição, mitigação de atribuições ou supressão de direitos. A recondução da diretoria reafirma um compromisso inequívoco. Unidade, firmeza e atuação permanente em defesa do Ministério Público.”

VALORIZAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

“Nenhuma instituição preserva seu futuro sem honrar sua história. Aposentados e pensionistas são pilares do Ministério Público brasileiro. Sua valorização não é opção, é dever institucional. A CONAMP seguirá atuando para assegurar paridade, dignidade e plena integração à vida associativa. Não se trata de reconhecimento simbólico, mas de compromisso concreto com justiça, memória e respeito. A inclusão efetiva desses membros fortalece a coesão institucional e conecta gerações.”

" (...) Defender o Ministério Público exige independência, responsabilidade e estratégia: construir pontes quando possível, reagir com firmeza quando necessário. (...) "

AMP/RS E O PROTAGONISMO ASSOCIATIVO

“A AMP/RS representa, com clareza, a grandeza do movimento associativo do Ministério Público. Sua relevância decorre da consistência de sua atuação, da qualidade de suas lideranças e de sua contribuição histórica ao fortalecimento institucional. A presença de Fernando Andrade Alves na diretoria regional Sul da CONAMP reafirma esse protagonismo e amplia sua influência no cenário nacional, dando sequência ao trabalho de gigantes que o antecederam, como os presidentes da CONAMP Voltaire de Lima Moraes e Victor Hugo Azevedo. O Ministério Público do Rio Grande do Sul, por sua vez, é referência histórica, pela excelência de seus quadros, pela solidez institucional e pela contribuição decisiva ao pensamento jurídico do Ministério Público brasileiro.”

COMPROMISSO COM O FUTURO

“A CONAMP seguirá presente, firme e absolutamente comprometida com a defesa da instituição. Nossos associados podem esperar atuação responsável, diálogo qualificado, defesa intransigente das prerrogativas, atenção às pautas estruturais e remuneratórias, valorização de todos os membros e compromisso permanente com a unidade nacional. Fortalecer o Ministério Público é fortalecer a democracia, garantir direitos fundamentais e proteger a sociedade. E é exatamente isso que continuaremos fazendo, com independência, coragem e senso de missão.” ■

Júri em transformação: renovação de promotores impulsiona nova fase em Porto Alegre

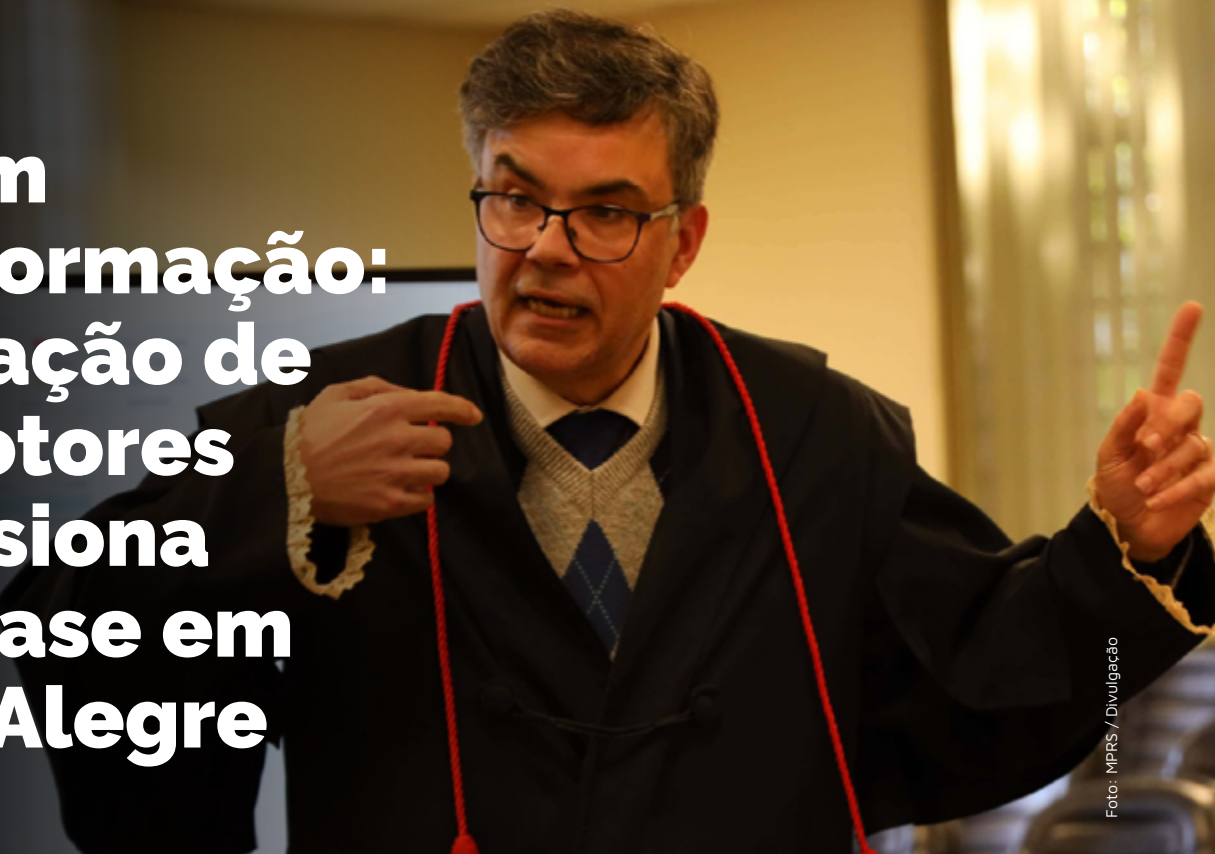


Foto: MPRS / Divulgação

Francisco Saldanha Lauenstein destaca a integração entre experiência e novas tecnologias na qualificação da atuação no Tribunal do Júri em Porto Alegre.

Com metade do quadro renovado, Tribunal do Júri vive momento de integração entre experiência e inovação, diante de desafios cada vez mais complexos

Poucos espaços traduzem com tanta fidelidade o DNA do Ministério Público quanto o Tribunal do Júri. É ali, no encontro entre técnica, sensibilidade e responsabilidade pública, que a instituição exerce sua função mais emblemática: a defesa da vida perante a sociedade. Em Porto Alegre, esse palco tradicional vive uma fase de transformação, marcada pela chegada de uma nova geração de promotores, que passa a dividir a cena com nomes experientes e consolidados.

Com 14 promotorias em atuação, o Tribunal do Júri da Capital atravessa um processo significativo de renovação. Nos últimos meses, sete novos promotores passaram a integrar a estrutura, um movimento que representa 50% do quadro e que vem imprimindo novas dinâmicas à atuação em plenário, sem romper com a tradição construída ao longo dos anos.

Um júri mais complexo e exigente

A atuação no Tribunal do Júri de Porto Alegre é marcada por um alto grau de complexidade. Os processos, muitas vezes, envolvem múltiplos réus, grande volume de provas e a presença de organizações criminosas, exigindo preparo técnico e dedicação intensiva.

Para o promotor Francisco Saldanha Lauenstein, que integra a nova leva desde 2025, a realidade da Capital impõe um ritmo diferenciado. “O Júri de Porto Alegre é muito mais ‘atacado’ do que ‘varejo’. São muitos fatos, muitos réus e muitas testemunhas. São processos que exigem semanas de estudo”, afirma.

Os números reforçam essa dimensão. Em 2025, foram realizados 591 plenários, com 71,16% de condenações, segundo dados do Centro de Apoio Operacional Criminal e de Acolhimento às Vítimas (CAOCRIM). O desempenho evidencia não apenas o volume de trabalho, mas também a efetividade da atuação ministerial.

“A gente vem conseguindo bons resultados, muito também em razão dessa integração entre os colegas e da busca por novas formas de prova”, destaca.

Desafios antigos e novas fronteiras

Ao longo das últimas décadas, o Tribunal do Júri passou por transformações estruturais relevantes. A promotora Lúcia Helena de Lima Callegari, decana da atividade em Porto Alegre, onde atua desde 2004, acompanhou de perto essa evolução, desde um período em que a investigação de homicídios carecia de estrutura até a consolidação de um modelo mais especializado.

“Quando iniciei minha atuação, a investigação de homicídios ainda era bastante limitada em termos de estrutura. Com o tempo, e com a atuação firme do Ministério Público na cobrança e no aprimoramento dos fluxos investigativos, houve uma evolução significativa, com a consolidação de um modelo mais estruturado e eficiente”, relembra Callegari.

Se antes o principal entrave estava na limitação das provas tradicionais, especialmente testemunhais, hoje o cenário se desloca para novos desafios. “O nosso grande desafio é a prova

digital. As extrações de dados de celulares demoram e exigem uma análise extremamente detalhada. É praticamente a vida inteira de uma pessoa dentro de um aparelho”, destaca.

A promotora Luciane Feiten Wingert aponta, ainda, um obstáculo persistente: o medo das testemunhas. “O principal desafio é o comparecimento de vítimas e testemunhas, que muitas vezes receiam sofrer represálias ao depor”, afirma.

Essa realidade impacta diretamente os julgamentos, especialmente em casos envolvendo facções criminosas, onde a chamada “lei do silêncio” ainda dificulta a produção de prova oral.

A força da prova e a evolução do Júri

Diante desse quadro, a atuação no Júri tem passado por uma mudança de paradigma. A prova oral, embora essencial, passa a dividir espaço com novas ferramentas tecnológicas. “A gente tenta não depender exclusivamente da prova oral. Buscamos dados de celular, imagens de câmeras, redes sociais e outras evidências que ajudem a qualificar a acusação”, explica Lauenstein.

Além disso, o próprio perfil dos jurados vem se transformando. “Hoje, as pessoas são muito mais visuais. O jurado quer ver a prova, compreender o que aconteceu. Isso exige uma nova forma de apresentação”, completa.

Renovação que soma experiências

É nesse contexto que a chegada de novos promotores ganha relevância. A renovação do quadro trouxe novas competências, especialmente no campo tecnológico, ao mesmo tempo em que fortaleceu o diálogo com a experiência dos integrantes mais antigos. “A prova digital veio para ficar, e os novos colegas têm domínio sobre isso. Eles trazem novas formas de olhar os processos e de qualificar a atuação”, avalia Lúcia Helena.

Para Luciane, o momento é de convergência. “A diversidade de perfis engrandece a atuação. Os mais novos trazem o domínio da tecnologia, que se soma à experiência dos mais antigos, resultando em uma atuação mais completa”, afirma.

A integração entre gerações é destacada também por Francisco Lauenstein. “Há uma troca muito positiva. Os colegas mais antigos compartilham sua experiência, e nós contribuimos com novas ferramentas e perspectivas. O resultado é um trabalho mais qualificado.”

O olhar de quem acompanha há décadas a evolução do Tribunal do Júri também reforça a importância desse momento de renovação. Decano da carreira e o mais antigo promotor do Júri em atividade no Rio Grande do Sul, Eugênio Paes Amorim defende que a qualificação técnica e a dedicação à atividade devem seguir como pilares da atuação ministerial.

“A importância do protagonismo do MP no Tribunal do Júri requer cada vez mais especialização e entrega dos colegas a serem guindados a essas gloriosas e históricas cadeiras. Que aportem sempre com esse espírito e que estes sejam os critérios-mor da administração nas remoções e promoções.”

Muito além da oratória

Se, no passado, a atuação no Tribunal do Júri estava fortemente associada à oratória, hoje o perfil do promotor exige múltiplas habilidades. “Antigamente, a preocupação era essencialmente com a oratória. Hoje, o jurado quer prova, quer entender o que levou ao fato”, observa Lúcia Helena.

Ainda assim, o fator humano permanece central. “Um promotor de justiça apaixonado pelo que faz tem um poder de convencimento que nenhuma tecnologia substitui”, resume Francisco Lauenstein.



Foto: MP/RS / Divulgação

Lúcia Helena de Lima Callegari reflete sobre a evolução do Tribunal do Júri e os novos desafios da prova digital na atuação ministerial.

Um novo momento para o Júri

A renovação do Tribunal do Júri ocorre em paralelo a mudanças mais amplas na segurança pública. Porto Alegre, que já registrou números próximos a 900 homicídios anuais em meados da década passada, hoje apresenta uma realidade distinta.

Para Lúcia Helena, essa transformação é resultado do desempenho integrado entre instituições e do aprimoramento das estratégias de investigação e repressão.

Consolidado esse avanço, o desafio agora é evoluir. “Hoje o sistema funciona. A questão que se coloca é: como podemos melhorar ainda mais?”, reflete Lúcia Helena.



Foto: MP/RS / Divulgação

Eugênio Paes Amorim defende a especialização como um dos pilares para o fortalecimento da atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri.



Foto: MP/RS / Divulgação

Luciane Feiten Wingert ressalta a diversidade de experiências como força da atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri.

“Preparados para enfrentar”: AMP/RS reage a decisões do STF e intensifica defesa da carreira

Entidade amplia atuação em Brasília e no RS, participa diretamente de decisões estratégicas e atua para proteger direitos e reduzir impactos sobre promotores gaúchos



Foto: Dener Pedro / AMP/RS

Fernando Andrade Alves destaca a intensificação da atuação institucional da AMP/RS diante das decisões do STF e a defesa da adequação das regras à realidade da carreira.

O Ministério Público brasileiro atravessa um dos momentos mais sensíveis de sua história recente. Decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) redesenharam o modelo de remuneração da carreira, estabeleceram novos limites e abriram um ciclo de incertezas institucionais.

Diante desse cenário, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) diversificou suas estratégias, deslocou parte de sua estrutura para o centro das decisões em Brasília e assumiu um papel ainda mais ativo na defesa da carreira.

“O que enfrentamos foi um movimento amplo de revisão da remuneração. Muitas vezes, a ação tratava de um tema específico, mas o Supremo acabou decidindo sobre tudo”, afirma o presidente Fernando Andrade Alves.

O novo cenário imposto pelo STF e o redesenho da remuneração

As decisões recentes do STF não foram pontuais. Elas reconstruíram a lógica de remuneração do Ministério Público e da magistratura em todo o País, com impactos diretos sobre estruturas consolidadas há anos.

O julgamento estabeleceu limites mais rigorosos para pagamentos, restringiu a criação e manutenção de determinadas verbas e reforçou o papel dos órgãos de controle na definição do que pode ser considerado indenizatório. Ao mesmo tempo, reconheceu que o trabalho extraordinário precisa ser remunerado, especialmente em contextos de acúmulo de função e déficit estrutural de membros.

“Houve perdas. Isso é inegável. Nós tínhamos uma realidade de sobrecarga e não temos promotores suficientes. O acúmulo de trabalho afeta, inclusive, a saúde dos colegas”, afirma Fernando.

O desafio, a partir daí, deixou de ser apenas jurídico e passou a ser institucional: garantir que a nova interpretação não se desconecte da realidade do trabalho no Ministério Público.

A virada estratégica da AMP/RS: da reação à atuação direta nas decisões

Diante do novo cenário, a AMP/RS promoveu uma mudança estrutural na sua forma de atuação. Foi além de uma entidade demandante para ocupar espaço direto na construção das soluções institucionais.



Foto: Júlia Urias/AMP/RS

Reginaldo Freitas da Silva resalta a necessidade de resposta técnica imediata e de articulação contínua para mitigar impactos e preservar direitos da carreira.

“Nós deixamos de pedir para participar da decisão. Hoje, nós participamos da deliberação com quem tem poder de decidir”, afirma o presidente.

Esse novo posicionamento foi consolidado em diálogo permanente com a Procuradoria-Geral de Justiça, permitindo influenciar não apenas a interpretação das decisões, mas sua aplicação prática.

“O Supremo determinou que o trabalho extraordinário precisa ser pago. Então, nós precisamos garantir que esse trabalho seja reconhecido e distribuído de forma adequada”, reforça Fernando.

Para o vice-presidente de Valorização Funcional, Reginaldo Freitas da Silva, o momento exigiu resposta imediata e coordenação técnica. “Foi um momento de resposta rápida. A gente precisou alinhar a leitura jurídica com a realidade da carreira quase em tempo real”.

A complexidade do cenário também exigiu uma reorganização interna da própria forma de atuação institucional. A AMP/RS passou a operar em um modelo de resposta contínua, em que análise jurídica, articulação política e leitura de impacto institucional caminham juntas.

“Percebemos que não era mais possível atuar de forma episódica. Era preciso acompanhar o movimento inteiro, entender a lógica das decisões e agir antes que os impactos se consolidassem”, resume o presidente.

Nesse contexto, a interlocução com a administração superior do Ministério Público do RS passou a ser mais integrada, com participação da entidade em discussões antes restritas à esfera administrativa.

“Hoje, o que a gente busca é que a aplicação da decisão não agrave ainda mais a realidade da carreira. Não se trata apenas de cumprir uma determinação, mas de garantir equilíbrio na execução”, reforça Fernando.

Brasília e a arena nacional: STF, CONAMP e articulação com ministros

Com as decisões concentradas no Supremo Tribunal Federal, a atuação da AMP/RS se voltou fortemente para Brasília. A entidade, em conjunto com a CONAMP, participou de agendas com ministros, apresentou notas técnicas e buscou demonstrar os impactos das mudanças para a carreira e para o sistema de justiça.

“Brasília, especialmente no Supremo, é um ambiente desafiador. Precisamos construir interlocução direta com quem decide”, afirma Fernando. “A CONAMP teve agenda com todos os ministros para demonstrar os riscos da decisão. Fizemos tudo o que era possível dentro desse espaço”, complementa.

Em determinados períodos, a presença institucional chegou a exigir deslocamento integral da estrutura de presidência para a capital federal. “Era lá que as decisões estavam sendo tomadas. Era necessário estar presente”, resume o presidente.

A atuação conjunta também reforçou o papel da CONAMP como eixo nacional de articulação, permitindo consolidar diagnósticos sobre impactos reais da decisão nas estruturas estaduais do Ministério Público.



Foto: FALTA CREDITO

“Esse é um processo que não se encerra com uma decisão. Ele exige acompanhamento constante, porque a forma de aplicação das regras é tão importante quanto a regra em si”, avalia Reginaldo.

Gestão simultânea, defesa da classe e unidade institucional no RS

Enquanto Brasília concentrava as decisões que impactavam diretamente o Ministério Público brasileiro, o Rio Grande do Sul manteve sua estrutura associativa ativa e funcionando de forma plena. A vice-presidência da AMP/RS assumiu a condução das demandas locais, garantindo continuidade no atendimento à classe e sustentação institucional da entidade em um período de grandes transformações legislativas. “A atividade associativa não parou. Mantivemos o atendimento à classe e a organização interna enquanto a atuação institucional acontecia em Brasília”, afirma o vice-presidente Reginaldo.

Esse modelo de atuação simultânea foi essencial para manter o equilíbrio entre a pressão externa provocada pelas mudanças normativas e a necessidade de preservar a normalidade institucional. Ao mesmo tempo, com a consolidação do novo cenário, a prioridade passou a ser reduzir impactos e buscar mecanismos capazes de proteger direitos, prerrogativas e conquistas históricas da carreira. “Nosso trabalho foi evitar perdas ainda maiores e garantir que tudo aquilo que fosse possível fosse implementado em favor da classe. Atuamos de forma permanente, dialogando e construindo alternativas”, afirma o presidente Fernando Andrade Alves.

Mas, acima de tudo, a entidade reforçou um ponto central: a unidade da carreira. Para a diretoria, a coesão interna tornou-se um elemento estratégico para enfrentar um período marcado por incertezas e mudanças profundas. “O maior risco, neste momento, é a perda de unidade. Quando o ataque é grande, é natural que os grupos se fragmentem. Precisamos estar atentos a isso”, alerta o presidente. A resposta institucional foi justamente o oposto: reforçar o compromisso histórico de representação ampla e inclusiva. “A Associação representa toda a carreira. Do início ao fim. Ninguém pode ficar para trás. Nossa responsabilidade é atuar de forma integrada, buscando soluções que contemplem o conjunto dos associados”, afirma Fernando.

Fechamento: uma carreira sob pressão, mas organizada

O cenário, segundo a entidade, impôs um dos maiores desafios institucionais das últimas décadas. Ainda assim, a avaliação interna é de que a atuação conjunta das associações e o trabalho permanente da AMP/RS evitaram um cenário ainda mais restritivo para a carreira. “Foi o maior ataque à remuneração da carreira. E, diante disso, a Associação precisou se adaptar rapidamente, reorganizar estratégias e fortalecer sua capacidade de atuação”, afirma o presidente. A síntese do momento, porém, é de preparação e continuidade. Após 85 anos de defesa dos membros do Ministério Público gaúcho, a AMP/RS reafirma sua disposição de seguir enfrentando os desafios que se apresentam. “A AMP/RS se preparou por 85 anos para este momento. Estamos prontos para enfrentar os ataques incessantes às nossas prerrogativas.” ■

Alcides Cruz: o promotor público que enfrentou o racismo na Primeira República

Promotor Público do Parquet rio-grandense, professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, deputado e intelectual atuante no Rio Grande do Sul republicano, Alcides de Freitas Cruz encarna uma contradição central da formação republicana brasileira: a convivência entre instituições jurídicas modernas e práticas sociais atravessadas por hierarquias raciais persistentes. Sua biografia registra plena inserção nos quadros do Estado e do saber jurídico; os textos reunidos no e-book *Mestiço, mulato ou negro* (IHGRGS) revelam como essa inserção era continuamente tensionada por ataques de natureza racial.

Os artigos compilados documentam uma série de injúrias públicas cujo núcleo é a racialização de sua figura. Em 1897, no texto “Desertor do exército”, o ataque parte de Isidoro Dias Lopes, então oficial do Exército e jornalista, que décadas depois, como general, lideraria a Revolução de 1924 contra Arthur Bernardes, mobilizando uma retórica explicitamente racial para desqualificar Cruz. A operação é transparente: deslocar o debate do plano jurídico-político para uma inferiorização de base biológica.

A resposta de Alcides Cruz, em “Com a ponta do pé...”, revela não apenas defesa, mas estratégia. “Sou mestiço, sim; mas não me envergonho de sê-lo”. Ao assumir a categoria que lhe era imputada como estigma, ele a ressignifica e a reinsere no plano da identidade nacional, gesto discursivo que neutraliza o ataque sem recusar o dado racial.

O texto “Lérias” intensifica o quadro, com a proliferação de termos animalizantes “gorila”, “chimpanzé”, que reduzem o adversário à condição de não-humano. Não se trata de excesso retórico isolado, mas de um padrão discursivo: a desumanização como instrumento de exclusão simbólica.

É nesse ponto que a leitura de Michel Foucault se mostra especialmente fecunda. Para Foucault, o discurso é prática que produz verdade e organiza relações de poder. As injúrias dirigidas a Alcides Cruz não operam apenas como ofensa pessoal; produzem um saber sobre o “outro racializado”, fixando-o em uma posição de inferioridade e legitimando sua desqualificação no espaço público.

Na “Carta aberta a Arthur Pinto da Rocha” (1903), dirigida a um jurista de sólida formação, bacharel por Coimbra, ex-promotor público em Porto Alegre, deputado federal e, mais tarde, ministro do Supremo Tribunal Militar, Cruz explicita consciência desse mecanismo, evidenciando como o preconceito racial atravessava inclusive figuras de alta projeção no campo jurídico. Ao afirmar que pode ser chamado de “mestiço, mulato ou negro, à vontade”, esvazia o potencial ofensivo da nomeação: não nega a classificação, mas recusa seu uso como operador de hierarquia.

O episódio de 1913, na chamada “Questão das águas do Ribeiro”, torna ainda mais evidente o entrelaçamento entre racismo e disputa política. O ataque do advogado Diogo Velho Cavalcanti não se dirige a um adversário qualquer, mas a um jurista ligado ao PRR que atuava na defesa de Borges de Medeiros. A retórica racial funciona, nesse contexto, como arma de deslegitimação política, mobilizando argumentos pseudo-científicos de degeneração e inferioridade. O preconceito não aparece, assim, como resíduo difuso, mas como instrumento ativo no interior das lutas pelo poder.

Em “Troco miúdo”, Alcides Cruz responde deslocando novamente o eixo do debate. “Não sou branco..., mas isso em nada me prejudica na estima dos



Foto reproduzida da obra “Homenagem a Alcides Cruz no centenário de sua morte”, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

homens de bem”. Ao fazê-lo, substitui o critério racial por um critério ético e público de reconhecimento: reputação, mérito e trajetória.

O conjunto desses textos permite compreender a experiência de Alcides Cruz como exemplar na história institucional do Ministério Público gaúcho. Promotor público plenamente integrado à ordem jurídica republicana, foi simultaneamente alvo de práticas que buscavam negar-lhe, pela cor, essa mesma legitimidade. Sua escrita constitui, nesse sentido, um contradiscurso: não apenas responde à injúria, mas disputa os próprios critérios de pertencimento ao espaço público.

Sua trajetória não é apenas um episódio da história intelectual rio-grandense, mas parte da própria memória institucional do Ministério Público. Sua atuação e sua resistência lembram que a afirmação da igualdade jurídica no Brasil sempre exigiu, e ainda exige, o enfrentamento das desigualdades que, sob diferentes formas, insistem em negá-la. Falecido em 14 de março de 1916, aos 48 anos, Alcides Cruz teria, em 2026, 110 anos de seu desaparecimento, marco que convida não apenas à lembrança, mas à reflexão sobre a permanência dos problemas que sua experiência tão precocemente revelou.

DIRETORIA AMPLA INICIA 2026 APRESENTANDO PREOCUPAÇÃO COM A PAUTA REMUNERATÓRIA

Em 6 de fevereiro, a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP/RS) realizou a primeira reunião de Diretoria Ampla de 2026, reunindo cerca de 200 participantes. O encontro teve como principal pauta a questão remuneratória da classe e as perspectivas para o ano. O presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, esteve acompanhado do vice-presidente Administrativo e Financeiro, Henrique Rech Neto; da vice-presidente de Núcleos, Luciana Cano Casarotto; e da secretária-geral, Maria Cristina Moreira de Oliveira.



Foto: Lucas Rivas / AMP/RS

AGENDA COM O NOVO CORREGEDOR NACIONAL

Foto: AMP / RS



A Diretoria Executiva da AMP/RS participou, em 11 de março, em Brasília, de reunião com o novo corregedor nacional do Ministério Público, Fernando da Silva Comin. Estiveram presentes o presidente Fernando Andrade Alves e os vice-presidentes Karine Camargo Teixeira e Reginaldo Freitas da Silva. A agenda integrou a atuação institucional da entidade junto aos órgãos do sistema de Justiça, com foco no diálogo sobre pautas nacionais e processos em andamento. O encontro reforça a articulação da AMP/RS e o alinhamento com a Corregedoria Nacional.

CONAMP DEBATE PAUTAS ESTRATÉGICAS DA CARREIRA EM BRASÍLIA



Foto: CONAMP / Divulgação

Em 25 de fevereiro de 2026, a Diretoria Executiva participou de reunião da CONAMP, em Brasília, reunindo dirigentes de todo o país para debater pautas estratégicas da carreira ministerial. Entre os temas estiveram o limite remuneratório e os riscos das regulamentações em curso no STF, CNMP e CNJ, além de matérias legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

CONEXÃO MULHER



Foto: Dener Pedro / AMP/RS

FEMINICÍDIO EM FOCO NO TÁ NA MESA

Foto: Dener Pedro / AMP/RS



Luciana Casarotto, promotora da Vara de Feminicídios de Porto Alegre e vice-presidente de Núcleos da AMP/RS, foi destaque no “Tá na Mesa”, da Federasul, em 25 de março. Em sua fala, alertou para o cenário do feminicídio no RS, destacando a necessidade de fortalecer a rede de proteção às mulheres e o papel do Ministério Público no enfrentamento à violência de gênero.

Em celebração ao Mês da Mulher, a AMP/RS promoveu, no dia 16 de março, mais uma edição do Conexão Mulher, no Palácio do Ministério Público do Rio Grande do Sul, marcada pela entrega da Medalha Sophia Galanternick. A honraria reconheceu mulheres que se destacam na defesa dos direitos femininos e na promoção da igualdade de gênero. Foram agraciadas Julia Ilenir Martins, Luciane Feiten Wingert, Maria Alice Costa Hofmeister, Maria Ignez Franco Santos e Maria Regina Fay de Azambuja, em um momento de reconhecimento e valorização de trajetórias que inspiram.

GRUPO LITERÁRIO ABRE AGENDA DE 2026



Foto: Dener Pedro / AMP/RS

O Grupo Literário da AMP/RS iniciou, em 25 de março, seu calendário de 2026 com encontro dedicado à obra “Eu receberia as piores notícias dos seus lindos lábios”, de Marçal Aquino. Realizada de forma híbrida, a atividade reuniu participantes para debater temas como amor, obsessão e conflitos humanos. Coordenado pela promotora de Justiça Ângela Dal Pós, o grupo promove a leitura e o diálogo entre associados.

MAIOR REUNIÃO DA HISTÓRIA REALIZADA PELA AMP/RS

A AMP/RS realizou, em 27 de março, a maior reunião de sua história, com mais de 400 participantes. Em formato híbrido, a Diretoria Ampla analisou os impactos da decisão do STF sobre a estrutura remuneratória das carreiras. O encontro reforçou o compromisso com transparência, análise técnica e defesa dos direitos da classe.

SESSÃO DO CNMP FOCA NA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



Foto: AMP/RS / Divulgação

Em 10 de março de 2026, a Diretoria Executiva acompanhou sessão CNMP, realizada em Brasília sob a presidência do procurador-geral da República, Paulo Gonet. A reunião teve como destaque pautas voltadas à modernização administrativa do Ministério Público. O presidente da AMP/RS, Fernando Andrade Alves, esteve acompanhado do vice-presidente de Valorização Funcional, Reginaldo Freitas da Silva, e do corregedor-geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), Fábio Roque Sbardellotto.



Foto: Dener Pedro / AMP/RS

ARTICULAÇÃO NA CASA CIVIL



Foto: Gustavo Mansur / Ascom Casa Civil

A Diretoria Executiva da AMP/RS reuniu-se, em 31 de março, com o secretário-chefe da Casa Civil, Artur Lemos, no Palácio Piratini. Em pauta, temas estratégicos para o Ministério Público e a defesa das prerrogativas da classe, além do acompanhamento de projetos em tramitação na Assembleia Legislativa.

TORRES MARCA A ABERTURA DA SEMANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO 2026



Foto: João Lucas Bonette da Rosa

Em 10 de abril, a cidade de Torres sediou a abertura da programação da Semana do Ministério Público 2026. O evento reuniu promotores e procuradores de Justiça para debater temas estratégicos para a atuação institucional, com destaque para o combate ao crime organizado e a segurança pública. Ao longo do primeiro semestre, a jornada acadêmica também percorreu os municípios de São Borja, Novo Hamburgo e São Luiz Gonzaga.

CONAMP MOBILIZA REGIÃO SUL EM DEFESA DA CARREIRA

Foto: Dener Pedro / AMP/RS



Em 2 de abril, a CONAMP realizou uma rodada de reuniões com lideranças da Região Sul para debater os impactos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o teto remuneratório da carreira. A reunião teve como objetivo discutir estratégias para enfrentar os efeitos da decisão sobre a carreira do Ministério Público.

GONET E LIDERANÇAS DO MP DISCUTEM, EM BRASÍLIA, REFLEXOS DE DECISÕES DO STF

Foto: CONAMP / Divulgação



Já em 8 de abril, o presidente da entidade participou de uma audiência, em Brasília, com o procurador-geral da República e presidente do CNMP, Paulo Gonet, ao lado de lideranças nacionais do Ministério Público. O encontro tratou dos impactos das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a carreira e dos reflexos para os membros do Ministério Público brasileiro.

REUNIÃO COM JUBILADOS NA SEDE CAMPESTRE

Foto: Dener Pedro / AMP/RS



A primeira reunião-almoço com jubilados e pensionistas na Sede Campestre da Associação ocorreu em 30 de abril de 2026, na Zona Sul da Capital, reunindo associados em um momento de integração, atualização institucional e debate sobre pautas remuneratórias e institucionais, com participação do presidente Fernando Andrade Alves e da Diretoria Executiva da entidade.

PARCERIA PARA O CONGRESSO EM GRAMADO



Foto: AMP/RS

A AMP/RS reuniu-se, em 16 de abril, com o prefeito de Gramado, Nestor Tissot, para tratar do XVII Congresso Estadual do MP. O encontro alinhou aspectos estratégicos e logísticos, consolidando o apoio do município. Previsto para agosto, o evento abordará inovação, ética e tecnologia no sistema de Justiça.

SEMANA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTREIA EM NOVO HAMBURGO



Foto: Tiago Coutinho / MPRS

Também em abril, Novo Hamburgo recebeu pela primeira vez a Semana do Ministério Público, realizada no auditório da Universidade Feevale. O evento reuniu debates sobre temas como feminicídio e corrupção. Na abertura, o presidente da AMP/RS destacou a importância de ampliar a presença da iniciativa no Vale do Sinos.

SOLIDARIEDADE EM AÇÃO: AMP/RS BENEFICIA MIGRANTES E REFUGIADOS

A Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul realizou, em 14 de maio de 2026, a entrega de doações ao Serviço de Acolhida e Orientação ao Migrante, em Porto Alegre, em ação que contou com a presença do presidente Fernando Andrade Alves e do vice-presidente de Valorização Funcional, Reginaldo Freitas da Silva, reforçando o compromisso social da entidade com iniciativas de acolhimento e inclusão.



Foto: Dener Pedro / AMP/RS

PASSO FUNDO ABRE AGENDA DE NÚCLEOS DA AMP/RS EM 2026



Foto: AMP/RS / Divulgação

Em março, Passo Fundo recebeu o primeiro encontro da agenda regional da AMP/RS em 2026. Com a participação do presidente da entidade e do vice-presidente Administrativo e Financeiro, Henrique Rech Neto, a iniciativa fortaleceu o relacionamento da Associação com os membros da região e promoveu o diálogo sobre temas de interesse da classe.

AMP/RS PARTICIPA DE REUNIÃO NACIONAL DA CONAMP SOBRE PAUTAS REMUNERATÓRIAS



Foto: CONAMP / Divulgação

Em 3 de junho de 2026, a vice-presidente de Relações Institucionais da AMP/RS, Karine Camargo Teixeira, participou em Vitória (ES) de reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da CONAMP, ao lado de lideranças do Ministério Público de todo o país. O encontro teve como foco pautas remuneratórias e institucionais da carreira.

CNJ UNIFICA CONTRACHEQUES DE MAGISTRADOS E MEMBROS DO MP



Foto: AMP/RS / Divulgação

Em 26 de maio, o presidente da AMP/RS acompanhou, em Brasília, a sessão do CNJ que aprovou por unanimidade a adoção do contracheque único para magistrados e membros do Ministério Público. A medida busca ampliar a transparência remuneratória e padronizar as folhas de pagamento em todo o país.

APOSENTADOS EM FOCO



Foto: CONAMP / Divulgação

Em defesa dos jubilados, o presidente Fernando Andrade Alves esteve presente na reunião da Comissão de Aposentados da CONAMP, realizada em 28 de abril de 2026, em Brasília, durante o IV Congresso Internacional do Ministério Público. O encontro reuniu representantes de associações de todo o país e contou com a participação do presidente da CONAMP, Tarcísio Bonfim, em uma agenda voltada ao debate sobre valorização, direitos e fortalecimento institucional dos membros aposentados do Ministério Público.

Sobre escolhas e eleições

Rodrigo López Zilio

Promotor de Justiça e
coordenador do Gabinete de
Assessoramento Eleitoral

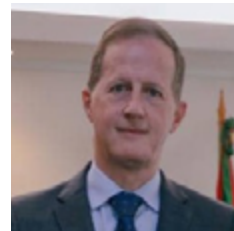


Foto: Acervo Pessoal

A eleição é uma conquista recente da humanidade, tendo em vista que, ao longo dos tempos, a escolha dos governantes se dava por sorteio ou, ainda, pela indicação por um corpo de sábios. Decerto que uma eleição não se define apenas pelo comparecimento do eleitorado para o exercício do voto, devendo agregar outros requisitos para representar um legítimo procedimento democrático: as eleições devem ser competitivas (para proporcionar uma escolha de alternância do poder); deve-se preservar o direito de oposição ao governo eleito e a consideração aos oponentes políticos como adversários (e não inimigos); é necessária a valorização do voto de cada eleitor (como símbolo da livre autodeterminação) e da escolha do eleitorado (como uma soma de vontades individuais).

Durante muito tempo, mais precisamente entre 1824 e 1930, o Brasil adotou um controle político das eleições: uma autorregulamentação na qual a própria classe política validava a legitimidade dos processos eleitorais. Foi uma época de eleições à “bico de pena” (com resultados obtidos por fraude no preenchimento das atas), de multiplicação dos “fósforos” (eleitores não inscritos, que “riscavam em qualquer urna”) e da “degola” (com o não reconhecimento dos eleitos pela negativa de diploma). Somente em 1923 houve um passo significativo para aperfeiçoar o controle das eleições, passando-se a adotar um controle jurisdicional das eleições, por um terceiro (órgão diverso dos Poderes Executivo e Legislativo), equidistante dos interesses políticos.

O modelo de governança eleitoral brasileiro optou por uma Justiça Eleitoral com múltiplas funções (administrativa, regulamentadora, jurisdicional e consultiva), circunstância que lhe conferiu particular espaço de atuação na regulação e equação das controvérsias eleitorais. A complexidade das democracias contemporâneas, sobretudo o atual estado de coisas traduzido pela crise de confiança quanto à credibilidade das instituições, a polarização de parcela significativa da sociedade e a onipresença do ambiente virtual nos debates eleitorais (com comportamentos inautênticos, bolhas digitais, incremento da inteligência artificial, superposição do mercado de atenção e o mistério que anima o mundo dos algoritmos e os interesses das big techs), recrudescem os desafios a serem enfrentados, tornando ainda mais frágil o mercado das eleições “livres, justas e frequentes”.

No próximo dia 4 de outubro, véspera de a Constituição de 1988 completar 38 anos, o Brasil chegará à sua décima eleição presidencial; consideradas as municipais e o pleito geral de 1990, serão vinte vezes em que o eleitorado recebeu o chamado para escolher seus representantes políticos ideais. Em retrospectiva, há uma natural frustração com os

percalços e desgovernos que se sucederam nos diferentes níveis federativos; prospectivamente, dormita a esperança de melhora. É incontroverso que não há processo eleitoral imune a críticas, já que esse processo envolve milhões de pessoas, com posições políticas, religiosas e ideológicas diversas. Nesse cenário, as críticas direcionadas à atuação da Justiça Eleitoral, sobretudo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na condução do processo eleitoral, quando genuínas, são desejáveis, naturais e parte de um importante processo de maturação institucional.

O encerramento do pleito de 2026, um dos mais desafiadores dos últimos tempos, representa mais uma etapa de amadurecimento democrático, independentemente do desenho ideológico que será formatado pelas urnas. Uma eleição que se completa é, antes de tudo, um sinal de maturação social (mesmo que se discorde das escolhas tomadas pelo eleitorado). É dizer, o sucesso de uma eleição não pode ser medido pela satisfação pessoal que o eleitor tem em relação aos eleitos. Nas linhas conclusivas, cabe rememorar a correta advertência do cientista político Adam Przeworski: a insatisfação com o resultado das eleições não tem o mesmo significado de insatisfação com o papel exercido pelas eleições, pois “urnas são pedras de papel”, ou seja, a eleição é um método pacífico de transição do poder. A legítima conclusão de um processo eleitoral significa simplesmente que os vencedores passam a governar e os perdedores exercem seu direito de oposição, aguardando, enfim, a nova rodada, já que o pleito consumado necessariamente precede, após determinado lapso de tempo, o reinício de uma nova competição eleitoral. E a retroalimentação desse ciclo é vital para o sucesso da democracia representativa.

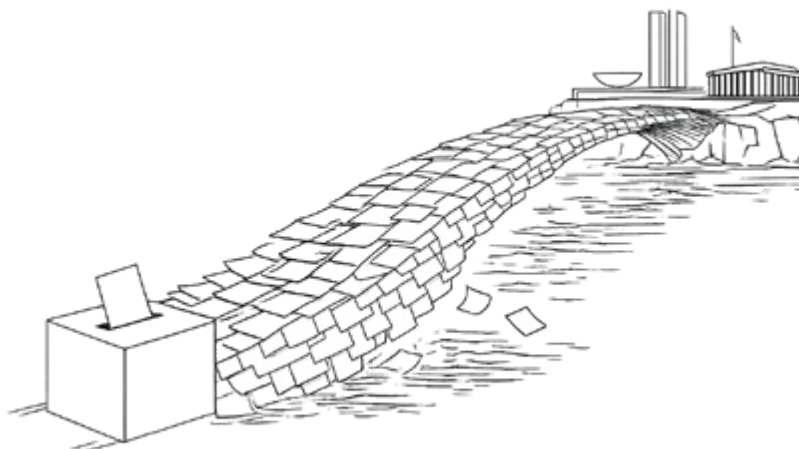


Ilustração: Rafael Sarmento / (IA generativa)

Feira Orgânica

**Mário
Cavalheiro
Lisbôa**

Procurador
de Justiça
jubilado



Foto: Robson Hermes

De novo? Macário mal conseguia acreditar. Os dias da semana estavam passando tão ligeiro. Que coisa! Pode o tempo se espremer? indagava-se Macário. Pois essa era a sensação que ultimamente ele vinha tendo. Onde foram parar aqueles tempos de antigamente, aqueles tempos dos dias intermináveis, quando quase tudo era novidade? Agora o somatório de mesmices espreme o tempo. Os dias se atropelam. Nem bem termina um dia e já inicia outro, às vezes até pela metade. Tão diferente da infância; para uma criança um dia é uma vida; para um idoso, uma vida é um dia. Assim pensando, Macário foi-se para a feira orgânica do Parque da Redenção. Fazia trinta e seis anos que Macário mantinha esse hábito todas as manhãs de sábado; a feira é uma festa, era seu lema. Macário já havia chegado à conclusão de que muitos frequentadores da feira orgânica eram pessoas que tiveram alguma doença séria, como tumores. Assustados com a doença, eles voltavam-se para o consumo de alimentos mais saudáveis, como os orgânicos. Não teria sido muito melhor cuidar da alimentação de forma preventiva, antes de descobrir alguma doença? Talvez essa conduta impedisse o surgimento da moléstia. Como diz o ditado popular: “mais vale um quilo de prevenção que uma tonelada de tratamento”. Mas quem se preocupa com isso? Muito poucos. Ao chegar numa banca da feira, Macário pegava um maço de cenouras e dizia, vou levar esse betacaroteno aqui; ou então perguntava, quanto custa o quilo das pectinas? ao se referir às maçãs; brócolis ele tratava por antioxidante. E assim por diante. Macário sempre nominava os produtos pelas qualidades predominantes deles na alimentação; era considerado um chato e sabia disso. Aos sábados, Macário ficava a manhã inteira na feira, andando de um lado para o outro, sempre puxando o carrinho de rodinhas, conversando com feirantes e fregueses. Por vezes, sentava-se num dos bares da feira e ficava um bom tempo tomando café com guloseimas especiais, próprias daquele lugar considerado mágico por ele; repetindo para todos: a feira é uma festa, a feira é uma festa.

Ultimamente, Macário vinha cuidando muito da higiene do sono. Jantava às dezenove horas e não comia mais nada. Às vinte e duas horas, depois de orar para os deuses gregos, ele desligava todos os aparelhos e sentava-se numa poltrona, procedimento que chamava de pré-sono, que incluía relaxamento corporal. Quando atingia estado de torpor, saía da poltrona e ia para a cama. Quase sempre dava certo. Esse foi o cerimonial que mais uma vez realizou naquele sábado à noite. Oração aos deuses gregos, poltrona, torpor, cama e sono. Ótimo! No

outro dia, ao ler o jornal, percebeu que era segunda-feira. Segunda?! Como?! Ontem era sábado, como pode ser isso?! O que está havendo?! Não acredito que eu tenha dormido vinte e quatro horas seguidas, claro que não! Está certo que ultimamente o calendário tem andado muito ligeiro, mas isso de desaparecer um dia da semana já é um exagero do tempo. Demorou algumas horas para administrar aquela situação; se domingo desapareceu, paciência, o que posso fazer? Nenhuma influência tenho sobre o andar do tempo. E seguiu a vida. Na semana seguinte, domingo novamente não apareceu. WMacário já não se abalou tanto, domingo não me faz falta; minha vida não muda nada; até porque nunca gostei mesmo de domingo, um dia tão sem graça. Duas semanas depois, deitou-se sábado à noite e quando se acordou percebeu que já era terça-feira. Terça?! Mas o que é isso?! Como podem dois dias desaparecer?! Depois disso, aos poucos foram desaparecendo outros dias da semana, quarta, quinta e sexta. Macário ficou apavorado. A semana havia se reduzido apenas ao sábado. Não! Não! Não! gritou Macário. O sábado não! Pouco estou ligando para os outros dias da semana, eles já estavam passando muito rápido mesmo, podem ir para onde quiserem, mas sábado precisa de ser preservado. Passou a dormir sempre angustiado, com receio de que o outro dia não fosse sábado, fosse qualquer outra coisa. Mas isso nunca aconteceu. Para satisfação de Macário, sua semana ficou restrita apenas ao dia que lhe interessava – sábado, dia da feira orgânica –, concessão que lhe fizera seu amigo Cronos, o deus do tempo.



Ilustração: Rafael Sarmento / (IA generativa)

Redemocratização virá da eleição deste ano

Cláudio Brito

Promotor
de Justiça
jubilado
e jornalista



Foto: Arquivo pessoal

A importância e o significado da eleição deste ano estão diretamente ligados ao conceito e à realidade da democracia. Votar será fundamental para que possamos reconstruir uma nação efetivamente democrática. E votar bem será indispensável. É necessário que cada cidadão tenha consciência de suas escolhas, sabendo em quem vota e a quem destina sua decisão cidadã.

Já fomos uma pátria verdadeiramente democrática, mas, ao longo do tempo, permitimos que esse valor se fragilizasse. Sempre que um cidadão tolera práticas irregulares — como fraudes à legislação eleitoral ou a busca por vantagens indevidas por parte de candidatos e eleitos —, contribui para o enfraquecimento da democracia, que é o maior patrimônio de uma sociedade.

É com o propósito de refletir sobre essa realidade que escrevo, de forma modesta, neste espaço da Réplica. Assim como no Tribunal do Júri, onde a réplica representa a reafirmação de argumentos, também aqui buscamos reforçar princípios essenciais à vida democrática.

Vivemos o curso de mais um calendário eleitoral, e alguns acontecimentos recentes despertam preocupação. As chamadas “janelas partidárias”, que permitem a troca de legendas por parte de pré-candidatos, muitas vezes revelam movimentos guiados por interesses pouco transparentes. Essas mudanças levantam questionamentos inevitáveis: qual o real valor dessas trocas? Quais compromissos estão por trás dessas decisões? E, sobretudo, como deve o eleitor se posicionar diante desse cenário?

Outro ponto que merece reflexão é o papel do Senado. Por ser eleito pelo sistema majoritário e representar diretamente os Estados da Federação, o Senado tende a carregar uma percepção de maior estabilidade institucional. Ainda assim, isso não o torna imune a práticas inadequadas. De todo modo, é possível reconhecer que o mandato mais longo — de oito anos — impõe aos senadores uma responsabilidade ampliada, exigindo coerência com os interesses e as demandas de seus Estados.

Além disso, é importante destacar que o fortalecimento da democracia não se esgota no momento do voto. Ele exige acompanhamento permanente por parte da sociedade. Fiscalizar, cobrar, participar do debate público e valorizar instituições são atitudes que consolidam, no dia a dia, os princípios democráticos. A cidadania ativa é peça-chave nesse processo, pois impede que desvios se naturalizem e fortalece a cultura da responsabilidade pública.

Vote certo

Diante desse contexto, reforça-se a importância de um voto consciente. Escolher bem em quem votar é um dever cívico. Optar por candidatos cuja trajetória seja conhecida, íntegra e alinhada com valores éticos é o caminho mais seguro para o fortalecimento da democracia e para o processo de redemocratização que o país ainda necessita consolidar.

Valorizar o voto é valorizar a própria cidadania. Ao exercer esse direito com responsabilidade, o eleitor contribui diretamente para a construção de instituições mais sólidas e de uma sociedade mais justa, sempre sob a proteção do Estado de Direito.

Esse compromisso não é apenas individual, mas coletivo. Cada escolha feita nas urnas repercute no futuro do país, influenciando decisões que impactam gerações. Por isso, a consciência do voto deve ser acompanhada de um senso de responsabilidade com o bem comum, acima de interesses momentâneos ou individuais.

Este é o recado que deixo neste espaço da Réplica, que simboliza o compromisso institucional com as melhores práticas e com os princípios que orientam nossa atuação.

A democracia é um pilar indispensável para resultados eleitorais legítimos. Cabe ao Ministério Público e à cidadania zelar por esses valores.

Somente assim poderemos avançar rumo a um Brasil verdadeiramente redemocratizado.



Ilustração: Rafael Sarmento / (IA generativa)



ASSOCIAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO
RIO GRANDE DO SUL

amp/rs

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
Praia de Belas - CEP 90050-191
Porto Alegre (RS)
Telefone: (51) 3254.5300
www.amprs.com.br